
A relação entre linguagem e realidade: um panorama histórico

Iran Ferreira de Melo

Doutorando em Filologia e Língua Portuguesa – USP;
Mestre em Linguística – UFPE
São Paulo – SP [Brasil]
iranmelo@usp.br

Em toda história dos estudos sobre a linguagem, grandes questionamentos foram feitos acerca da relação entre as palavras e o mundo. Pudemos observar, com isso, a preocupação do homem em desvendar os liames que separam ou fundem a linguagem da realidade que o norteia. Este trabalho tem como objetivo discutir várias concepções sobre a díade linguagem e realidade social, destacando o quadro teórico de Norman Fairclough (1989, 2001, 2003), considerado um dos principais expoentes sobre o assunto nos recentes estudos linguísticos, e que defende que a relação da linguagem com o mundo se dá por meio de uma atividade dialética entre ambos. Nosso intuito é traçar um panorama sobre as teorias acerca da relação referencial entre mundo e linguagem, postuladas pelos teóricos supracitados, e sublinhar a pertinência da perspectiva sociodiscursiva de Fairclough para os estudos linguísticos contemporâneos, apontando seus conceitos e sua aplicabilidade.

Palavras-chave: Categorização. Construção. Linguagem.
Realidade. Representação.

1 A relação entre a linguagem e a prática social. Espelhamento ou construção?

Durante muito tempo, nos estudos sobre a linguagem, grandes questionamentos foram feitos acerca da relação entre as palavras e o mundo. Desde o período clássico, reflexões filosóficas sobre como conhecemos o mundo por meio da linguagem verbal estiveram presentes na agenda teórica de todo pensamento ocidental.

Aristóteles (2000) já previa uma relação do mundo com a linguagem. Para ele, essa relação ocorria por meio de um processo intralinguístico, por meio de mecanismos criados na predicação verbal – formas de os homens organizarem no próprio sistema linguístico – todas as coisas existentes. As palavras, no pensamento aristotélico, não possuíam sentido isoladamente, mas apenas quando relacionadas a um processo de predicação verbal, pelo qual atribuímos sentido ao mundo, para o filósofo grego. Conforme o que ele preconizava, é em razão das predicacões que as palavras fazem referências ao mundo. Para ele, o processo de categorização do mundo consiste, por excelência, na imanência da língua.

Postulando o contrário da concepção aristotélica, Marcuschi (2004, p. 264) afirma que “[...] aquilo que damos a entender com nossos usos linguísticos não está previsto de uma vez por todas no sistema da língua, e sim nas formas de vida”. Segundo esse autor, efetivamos o processo de construção de sentido na relação que a linguagem possui com a vida social. De acordo com essa perspectiva, ele afirma que não é possível nos referirmos à realidade social se não for por meio da linguagem, pois ela é a base de qualquer processo remissivo do que existe no mundo. Entretanto, o fornecimento

de sentido ao que se escreve ou ao que se fala não depende apenas da construção linguística, mas está profundamente imbricado com fatores de ordem sociocognitiva.

Essas duas formas de identificar a função da linguagem ante a construção social foram debatidas por meio de vários postulados epistemológicos durante os séculos. Assim, incursionar por alguns desses postulados é de grande pertinência para identificarmos como essa atividade de relacionar a atividade linguística à prática social foi discutida em várias épocas; veremos que houve muito mais discordâncias que consenso na história das teorias sobre o assunto.

2 Panorama das concepções sobre a representação social por meio da linguagem

Hoje os estudos linguísticos entendem não ser eficaz tratar da relação língua/realidade social como, estritamente, um processo de representação, e sim como uma atividade de construção da realidade, mas, até esse posicionamento epistemológico se firmar, surgiram diversas propostas teóricas. Podemos apresentar algumas das mais emblemáticas.

De acordo com Silva (2004), um dos nomes de maior importância no que diz respeito à relação homem/realidade social foi Emmanuel Kant, que deu um passo adiante da teoria de Aristóteles quando cunhou o conceito de representação do mundo como uma maneira de manifestação da atividade do intelecto ordenar as ideias sob uma imagem comum. Para ele, o processo de representar algo é uma forma de juízo sobre o mundo, de manifestar os conceitos primitivos do intelecto, por

meio dos quais – segundo Kant – o sujeito capta o mundo, determina-o e o ordena conceitualmente de modo igual a todos.

Contudo, na primeira metade do século XX, essa concepção foi objeto de crítica de Durkheim ao apontar lacunas na perspectiva kantiana, afirmando que o pensamento racionalista de Kant reduzia as categorias a um processo essencialista e imanentista, sem considerar a relação entre o indivíduo e o objeto como uma relação social. Para Durkheim (apud, SILVA, 2004) as categorias são produzidas por fatores sociais primitivos e são reconhecidas no bojo das teorias sociológicas.

Contrariamente à linha durkheimiana, surgiu, em meados do século XX, a concepção de representação social postulada pela Psicologia Social. Conceito extremamente importante, pois foi amplamente debatido e utilizado por diversos campos das Ciências Humanas. Ele foi delineado nas investigações que se deveram ao pesquisador Serge Moscovici no seu trabalho publicado em 1961 e intitulado *La psychanalyse, son image et son public* sobre a socialização da Psicanálise em Paris.

Moscovici propunha redefinir os problemas e conceitos da Psicologia Social com base na ideia de representação social, e criticava a perspectiva norte-americana de análise social vigente, pois, para ele, se baseava em processos psicológicos puramente individuais, sem apontar as relações cotidianas num nível social coletivo.

Segundo Moscovici (1984), no processo de construção das representações, os conceitos e as ideias são transformados em linguagem, o que faz corresponder os objetos do mundo às palavras, e dão corpo a um processo de categorização da realidade como fonte de consciência da vida social coletiva.

Desde então, o termo “representação social” passou a ser usado por diversos teóricos para expli-

car “[...] ‘teorias’ que os indivíduos têm acerca da natureza dos eventos, dos objetos e das situações dentro de um mundo social” (ABRIL, 2003, p. 53), uma forma específica de conhecimento socialmente elaborado e partilhado.

Foram diversos os pontos de divergência entre os conceitos postulados por Durkheim e Moscovici. Durkheim procurou dar conta das representações sociais como fenômenos compartilhados socialmente e que exprimem uma sociedade primitiva, como um *arqué*, que é produto de uma imensa cooperação social, que ultrapassa espaço e tempo. Durkheim dedicou-se a trabalhos sobre imaginários sociais, mitos e religião. Já para Moscovici, as representações sociais se constituem no compósito de expressões ideológicas, religiosas, de várias ciências e de um ideário coletivo sobre uma realidade.

Ainda como crítica à perspectiva de Durkheim, surge a proposta de Harvey Sacks, que, de acordo com Conein (2001), retira de foco a ideia de representação coletiva social e dá espaço ao conceito de categorização social, que postula – ao contrário de Durkheim, cuja abordagem se apresenta na perspectiva do pesquisador – a ideia de que as condições sociais de uma categoria não são reconhecidas do ponto de vista da Sociologia, mas da própria sociedade/cultura. Sacks vai constatar isso em trabalhos no âmbito da conversação.

A discussão sobre processos de categorização da realidade via linguagem permaneceu na ordem do dia durante um bom tempo nos estudos das ciências humanas, mas desde que Eleanor Rosch (1978) se iniciou nesse debate, não se admite que seja possível conceituar as categorias como propriedades necessárias e suficientes, ou seja, como propriedades estáveis.

Rosch (1978) explicou que as categorias são protótipos culturais. Para ela o mundo é categoriza-

do por nossas experiências de modo prototípico, isto é, a realidade é traduzida por protótipos que criamos com base nas situações específicas pelas quais passamos, e são eles que nos fornecem os sentidos sobre o que conhecemos no mundo.

Contudo, de acordo com Marcuschi (in mimeo), nem o conceito de representação social nem o de protótipo se sustentam no atual estágio dos estudos sobre categorias. Com esses dois conceitos, Marcuschi (in mimeo, p.08) afirma que “[. . .] entendemos uma imagem mental instalada a priori ou pelo menos independente de algum tipo de atividade interativa.”, um componente dado e extrínseco à ação discursiva. Com isso, Marcuschi (in mimeo) defende que as coisas não estão no mundo da maneira como as enunciamos, mas a nossa enunciação consiste em nossa atuação linguística e intersubjetiva sobre o mundo e consequentemente em nossa inserção sociocognitiva nele. Ou seja, a construção dos objetos que enunciamos não é dada de modo a representar algo, ou de forma prototípica, mas construída na relação que estabelecemos com o outro por meio da linguagem. Nós estamos, constantemente, criando o mundo que nos rodeia, a nós mesmos e as nossas práticas sociais por meio da interação verbal.

O fato é que, ao representar o mundo pela linguagem, não estamos apenas espelhando a realidade social, como uma imagem do que existe, mas também contribuindo para a formação dessa realidade, dando sentido e existência a ela, pois toda formação de discurso é uma posição do indivíduo sobre o mundo, ou, como preconiza Bakhtin (2004), toda palavra é carregada de ideologia e traz consigo uma posição axiológica do indivíduo em relação ao que se refere.

Para o pensador russo, toda palavra é enviesada. Por exemplo, dizer “negro” não é o mesmo que

dizer “afro” quando nos referimos a um indivíduo de tez escura. Afinal, o que estaria implícito nessas escolhas lexicais? O uso de um ou outro termo não é aleatório, está atrelado a fatores de ordem social, cultural e cognitiva que permeiam a interlocução em que tal uso foi feito. Desse modo, é possível assegurar que, de acordo com a escolha de um dos termos, o processo de atribuição construirá sentidos diferentes, pois os referentes (os objetos do mundo, elementos extralinguísticos) serão identificados diferentemente com os atributos culturais do que forem denominados – “negro” ou “afro”.

Esse tipo de reflexão somente é possível se considerarmos que a linguagem é um fenômeno que funciona como um processo intersubjetivo, pragmático e ideológico e que se manifesta eminentemente como prática social.

A reflexão acerca da relação entre a linguagem e a realidade social como um vetor que emerge dos usos linguísticos e aponta para o mundo, entendendo a língua como um espelhamento da realidade social, foi o posicionamento teórico que prevaleceu anos a fio nos estudos da Linguística durante o século XX e que nos fez crer na produção da linguagem como uma maneira de representar as nossas ideias e as coisas do mundo e na sua compreensão como uma forma de decodificar a representação mental do produtor (consequentemente o que este via no mundo). A língua servia, portanto, como uma maneira de retratar o que havia fora dela. Tratava-se de uma postura, essencialmente, dualista acerca da linguagem: de um lado estava a língua e do outro o que ela podia representar.

Nos estudos linguísticos estruturalistas era comum admitir-se a existência de uma Linguística externa e outra interna (SAUSSURE s/d). A externa consistia nos “[. . .] fatos relativos à expansão duma língua fora de seu território” (s/d, p.31) e a interna

atribuía à língua valor de “[...]um sistema que conhece somente a sua ordem própria” (idem). Esta foi a perspectiva que prevaleceu durante a primeira metade do século XX e que compreendia a atividade linguística como um funcionamento imanente, por excelência, a um sistema de códigos, cuja única relação com sua exterioridade era de apontar e refletir, a realidade circundante. Tratava-se de uma concepção de língua como um sistema que representava a realidade, uma espécie de espelhamento do que existe.

A Linguística externa dava conta da reflexão que se fazia sobre o que era exterior à língua e que tinha relação com ela, como, por exemplo, os costumes culturais de uma nação que repercutiam no uso linguístico. Contrariamente a isso, a Linguística interna deteve-se a falar do que, de fato, o Estruturalismo acreditava ser a linguagem – um sistema de códigos – ou seja, aquilo que era inerente ao próprio sistema da língua.

Após o advento das perspectivas enunciativas e sociointeracionistas nos estudos linguísticos, a noção de língua como um sistema de representação deu lugar a conceitos que consideravam a atividade linguística não mais como uma forma de retrato da realidade apenas, mas como uma maneira de construir a realidade na interação sociocomunicativa. Para tanto, dispuseram-se campos da Linguística engajados numa agenda que privilegia o processo discursivo da atividade linguística, ou seja, muito mais as condições de funcionamento da linguagem do que o seu sistema estrutural.

Isso permitiu a mudança de foco sobre a língua, de uma abordagem intrínseca que concebia a estrutura linguística como uma forma de refletir/representar o extralinguístico para uma compreensão de que o uso da língua constrói o que é exterior a ela. Ou seja, abandona-se a ideia de que, ao se

enunciar algo, aponta-se para esse algo e se assume a concepção de enunciação como um processo que instaura a realidade social.

Uma tendência em perceber a realidade social como constituída pelas práticas linguísticas nos permite, hoje, conceber que a noção de língua como representação da realidade, tal qual era usada outrora, não é mais aceita nos estudos linguísticos. Assim, cai por terra o conceito de representação no tratamento dado às atividades linguísticas.

De acordo com Abril (2003), as representações sociais podem ser vistas como estereótipos culturais desenvolvidos na atividade discursiva, ou seja, como uma criação de ideias comuns a uma cultura desenvolvidas por meio da interlocução. No entanto, segundo essa mesma autora, é, principalmente, a capacidade humana para a ação discursiva que permite a formação das representações, que significam uma forma de práxis sobre a realidade, e não, apenas, um modo de refleti-la.

Podemos reconhecer, nesse ponto de vista de Abril, uma concepção puramente pragmática de se enxergar a relação entre a língua e a realidade social, diferentemente da proposta estruturalista que entendia a representação como um espelho.

Abril (2003) propõe uma teoria das representações sociais como uma atuação no mundo, concepção que se aproxima da noção de representação preconizada por Fairclough (2001, 2003), que entende essas representações, os sistemas de conhecimentos e crenças e a formação das identidades como práticas sociais que podem se manifestar como práticas de linguagem.

Contudo, por remeter à concepção de representação social como complexo de conceitos que relacionam os objetos do mundo às palavras e que dão corpo a esquemas mentais, o termo representação ainda não é o mais feliz para designar o

modo em que é possível, nos estudos contemporâneos da Linguística, compreender como a língua se relaciona com aquilo que lhe é exterior – a realidade social.

Eis que surge um conceito que tenta substituir totalmente a concepção de representação como uma imagem mental, previamente instalada e independente da atividade interativa: a noção de categorização discursiva, ou seja, a ideia de que produzimos os objetos do mundo pelos mecanismos de referenciação no interior dos nossos discursos, um modo de construção das coisas do mundo por meio da construção de objetos de discurso.

Lorenza Mondada (2005; 2004) e Danièle Dubois (2004) foram os principais expoentes dessa perspectiva nos recentes estudos linguísticos.

A categorização é “[...]um processo dinâmico e, sobretudo, intersubjetivo, que se estabelece no quadro de interação entre locutores, e é suscetível de se transformar num curso dos desenvolvimentos discursivos, de acordos e desacordos” (MONDADA, 2005, p.11). A realidade social, desse modo, é criada e interpretada na interação comunicativa e no processo de categorização, que podemos entender como de referenciação, sem indicar uma forma de apontar o que existe no mundo, mas de construir.

Como afirma Koch (2004), os referentes de nosso discurso, isto é, aquilo de que falamos, são construídos em nossas ações sociocognitivas e é, exatamente, a partir dos primados epistemológicos das teorias sociocognitivistas, que a Linguística dá vazão a esse modo de compreender a relação entre a linguagem e o mundo.

O processo de categorização da realidade, segundo essa perspectiva, não é visto mais como um processo que se situa na relação de espelhamento da realidade na linguagem, mas significa uma prática sociocognitivo-discursiva sobre a realidade, isto é,

uma atividade, que se constrói no próprio processo discursivo e na interação cognitiva entre os usuários da língua, ou seja, essa atividade faz referência à realidade ao mesmo tempo que a constrói. Desse modo, tal perspectiva assume um posicionamento marcadamente sociocognitivista, entendendo as práticas discursivas como sociais constitutivas da realidade social.

Contudo, o problema da referência na linguagem ainda é altamente discutível. De acordo com Mondada (2005, p.12),

[...] há hoje em dia uma multiplicidade de quadros teóricos diferentes disponíveis para apreendê-la. De uma parte estão as abordagens cognitivas que remetem a gestão das atividades de referenciação de saberes compartilhados dos quais dependem as escolhas das expressões referenciais adequadas, i.e, a estados cognitivos que caracterizam não apenas o locutor, mas também seu interlocutor a maneira pela qual são apreendidos pelo primeiro e, portanto, podem centrar-se quer no sujeito, quer no estabelecimento de uma intersubjetividade – seja ela tratada em termos de “memória discursiva”, seja de cognição distribuída. De outra parte a alternativa às abordagens cognitivas é constituída pelas abordagens interacionistas, decididamente centradas muito mais no que é publicamente manifestado pelos participantes – aquilo que é tornado pertinente, reconhecido, inteligível por eles.

É evidentemente possível imbricar as duas perspectivas citadas acima, e é desse modo que atuam Mondada e Dubois (2004) quando adotam

a teoria sociocognitivista e interacional, para a qual o mundo não nos é dado, mas o formulamos num fluxo de classificação e memória constantes. Trata-se de uma “[...] cconcepção segundo a qual os sujeitos constróem, através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, versões públicas do mundo” (MONDADA e DUBOIS, 2004, p.17). Esse processo de referenciação se enquadra como uma atividade de realização do mundo na linguagem, e não a partir dela.

Enquanto o projeto de representação pressupõe uma estabilidade das entidades no mundo e na língua, é possível, de acordo com a teoria sociocognitivista e interacional, reconsiderar essa proposta teórica de enxergar os problemas das entidades da língua, do mundo e da cognição, e passar a focar o processo que as constitui, para, assim, entender que “[...]o problema não é mais, então, de se perguntar como a informação é transmitida ou como os estados do mundo são representados de modo adequado, mas de se compreender como as atividades humanas, cognitivas e lingüísticas, estruturam e dão um sentido ao mundo” (MONDADA e DUBOIS, 2004). Essa proposta de referenciação como um processo categorial configura uma perspectiva dialética e dialógica da relação mundo-linguagem e lida com a noção de um sujeito sociocognitivo que constrói o mundo e é, ao mesmo tempo, constituído por ele no desenvolvimento de suas práticas discursivas, entendidas, também, como sociocognitivas, por se realizarem no intermédio entre a troca simbólica dos indivíduos em suas interações comunicativas, seus conhecimentos semânticos e pragmáticos compartilhados.

Outra vertente teórica preocupada com a relação entre a linguagem e o mundo – de cunho estritamente crítico – é a perspectiva de estudos da Teoria Social da Linguagem desenvolvida pelo ana-

lista crítico, Norman Fairclough (1989, 2001, 2003), para quem a análise do discurso pode interessar às várias ciências humanas, e as questões da análise textual podem ser utilizadas como de pertinência mais ampla.

Partindo do pressuposto de que não existe um método de análise linguística que seja teoricamente adequado e viável na prática, Norman Fairclough (2001) desenvolve sua teoria, para investigar a mudança da linguagem como sociocultural.

Sem o intuito de fazer análise do discurso como procedimento epistemológico sobre a língua, mas como instrumento político contra a injustiça social, Fairclough (1989) propõe que os linguistas organizem pesquisas que exerçam ações de contrapoder e de contraideologia, práticas de resistência à opressão social. Para ele, os analistas críticos, não podem ficar isentos de expor seus pontos de vista, sob pena de não poderem ser considerados habilitados para desempenhar essa função. Eles devem-se opor às injustiças sociais em suas pesquisas e serem agentes de transformação, pois, para esse autor, a neutralidade, diante das estruturas sociais, numa pesquisa, torna o pesquisador cúmplice dessas mesmas estruturas.

Fairclough (2001) busca identificar algumas tendências abrangentes de mudança discursiva que afetam a ordem societária contemporânea do discurso e relacionar essas tendências às direções mais gerais da mudança social e cultural. Para tanto, o autor conjugou estudos da Linguística com pesquisas da Sociologia e dos Estudos Culturais. Entre os primeiros incluiu trabalhos da Pragmática, da Análise do Discurso de linha francesa e da Linguística Sistêmico-funcional.

De acordo com ele, os estudos linguísticos são, por si, reticentes, do ponto de vista social, em muitas de suas abordagens, pois deixam de focar os proble-

mas da relação de poder e das diversas lutas sociais vigentes. Já os trabalhos de ordem sociológica, para ele, abandonam o viés que considera a linguagem como objeto de investigação para perceber os problemas sociais. O que, então, Fairclough (2001) deseja é fazer confluír os dois direcionamentos em apenas uma orientação, algo que sofreu interferências, durante muito tempo. Segundo ele, para que essa análise sociocrítica integrada, pudesse se realizar, ocorreram diversos percalços, como, por exemplo: a posição estanque da Linguística enquanto disciplina das ciências Humanas; o paradigma formal dos estudos linguísticos e o desinteresse das ciências sociais pela linguagem.

Segundo Fairclough (2001), nessa abordagem integrada entre as práticas discursivas e as sociais, os discursos refletem as relações sociais e as constroem ou constituem e qualquer evento discursivo é considerado um texto, uma prática discursiva e social. Simultaneamente, o autor chama de perspectiva tridimensional do discurso: a dimensão textual (objeto da análise linguística estritamente); a da prática discursiva (objeto de uma análise do processo interacional – produção e consumo de textos); e a da prática social (objeto de uma análise das circunstâncias institucionais e organizacionais da sociedade).

Fairclough (2001) afirma ser dialética a natureza social do discurso, ou seja, por um lado, as práticas discursivas constituem a realidade social e, por outro, refletem essa realidade. Para ele, o mundo é constituído pela atribuição de sentido dos atores sociais ao próprio mundo. Ele acredita que as perspectivas adotadas por outras análises do discurso sejam falhas porque não dão conta da “face” de resistência do discurso, da natureza da mudança social que as práticas discursivas carregam, mas

apenas atestam seu caráter de aparelhamento, reprodução e assujeitamento.

O linguista britânico considera que o termo discurso traz uma carga de significados muito variada, podendo se referir a uma mostra ampliada da fala, para alguns; uma mostra ampliada do texto para outros; um tipo de linguagem ou domínio discursivo, de acordo com algumas vertentes; um tipo de estruturação de áreas de conhecimento e práticas sociais, conforme outras perspectivas; etc. Para ele, o discurso é uma entidade-chave para posicionar os sujeitos sociais e funciona, ao mesmo tempo, como uma prática discursiva, social e textual, como pudemos observar no gráfico acima. Isso significa que o estudo da Linguística, sobretudo da Análise do Discurso, constitui um estudo das propriedades intrínsecas do texto, do funcionamento discursivo (produção, organização e consumo do texto) e do que esse texto representa socialmente (se ele significa um instrumento de poder, por parte de quem, em que instância social e em que período histórico).

Partindo desse pressuposto, Fairclough (2001) expõe o cerne de sua Teoria Social do Discurso, apresentando-o como um arcabouço teórico que salienta a alteração das práticas discursivas como forma de provocar mudança na prática social, ou seja, levanta o véu da naturalização feita das relações de poder abusivas que se materializam discursivamente em várias esferas sociais. Para tanto, ele aborda três tendências da mudança discursiva na contemporaneidade, que se configuram como processos complexos na produção das práticas sociais: a democratização, a comodificação e a tecnologização dos discursos.

A democratização do discurso consiste na eliminação de desigualdades e assimetrias dos discursos, retirada das obrigações e do prestígio discursivo e linguístico. Alguns exemplos são:

1. a inserção de normas linguísticas não-padrão nas esferas prestigiadas socialmente;
2. o acesso da grande população a tipos de discurso de prestígio;
3. a eliminação de marcadores explícitos de poder em tipos de discurso institucionais com relações desiguais de poder – formas assimétricas de tratamento (senhor, professor, doutor), diretivos diretos (imperativos), uso de vocabulário inacessível (uma forma de assimetria implícita é quando uma só pessoa formula ou resume o que se disse numa interação e, constantemente, oferece sua versão sobre o que aconteceu), entre outros casos;
4. o uso de femininos e masculinos ao se referir aos dois gêneros, negando a padronização para o masculino, pois, para ele, toda padronização é um silenciamento, uma atitude antidemocrática.

A comodificação do discurso é o processo pelo qual os domínios e as instituições sociais, cujo propósito não seja produzir mercadorias para venda, vêm a se organizar e se a definir em termos de produção, distribuição e consumo mercadológico. Fairclough usa como exemplo a instituição de ensino particular, que funciona como uma empresa e marca isso discursivamente por meio da lexicalização. Para o autor, o uso de termos de dados ordens do discurso mercadológico colonizam outros discursos, como o pedagógico, esse é um processo de reificação discursiva. Por exemplo, “aluno”, que é um termo do discurso pedagógico e, portanto, sem vínculo com qualquer relação comercial é tratado

pela escola como “cliente”, termo específico do discurso mercadológico e que sugere a participação da relação de compra e venda, mas que, nesse caso, deve ser de ensino-aprendizagem.

Por fim, a tecnologização do discurso, que pode ser entendida quando tomamos por base as teorias de biopoder desenvolvidas na Sociologia, sobre as quais Fairclough (2001) discute algumas peculiaridades, como o domínio de gêneros de discurso que determinam contextos contemporâneos de nossa vida social: entrevistas (a aprovação num emprego), publicidade (a sedução para a compra de um produto), entre outros.

As tecnologias discursivas, segundo o autor, criam realidades ilusórias que dão a impressão de conferir poder a quem as usa, pois, muitas vezes, são usadas de modo a criarem simulações do real, como é o caso de algumas relações construídas num ambiente empresarial, quando se usam alguns termos para denominar os empregados, como “associado”, palavra que carrega semanticamente o valor de associação, relação de semelhança entre pessoas. Fairclough interpreta esse uso como uma maneira de maquiagem as relações de poder que existem nesse domínio.

Para Fairclough (2001, p.40), “[...]produzir um discurso faz parte de processos mais amplos de produção da vida social, das relações sociais e das identidades sociais[...]”, não é um fim em si mesmo. Por essa razão, sua Teoria Social do Discurso serve de base principal para a nossa pesquisa, pois dimensiona os estudos linguísticos numa função investigativa, “[...]para opor-se às injustiças sociais, assim como participar das lutas de poder empreendidas pelos diferentes segmentos da sociedade” (VIEIRA, 2002, p.161), verificando como, por meio da escolha linguística, é possível analisar a construção da sociedade.

3 Considerações finais

Diante de toda essa abordagem sobre alguns vieses que investigaram a relação entre linguagem e realidade social, ressaltamos que todos eles aqui apresentados foram formas dos cientistas – da língua ou não – exporem suas inquietações sobre a díade incontestável em tela, que se constitui, ao mesmo tempo, também o ser humano. Seja sob uma ótica estruturalista, seja sob uma perspectiva funcionalista, antropológica ou sociocognitivista, tal estudo sempre se revelou instigante para a humanidade, portanto, é com a certeza de essa história não terminar

The relation between the language and the reality: a historical view

In any history of the studies on the language, great questions were done about the relation between the words and the world. We could observe, with that, the preoccupation of the man in solving the ties that separate or fuse the language of the reality that orientates it. This work aims to talk at several conceptions on the díade language and social reality, detaching the theoretical picture of Norman Fairclough (1989, 2001, 2003), considered one of the principal exponents on the subject in the recent linguistic studies and what, according to which, the relation of the language with the world gives itself through a dialectic activity between both. Our intention is referential system draws a view on the theories about the relation between world and language postulated by the foregoing theoreticians and discursive-partner of Fairclough to underline the relevance of the perspective for the linguistic contemporary studies, pointing to his concepts and his applicability.

Key words: Categorization. Construction. Language. Reality. Representation.

aqui, que ratificamos a sua pertinência no que já foi e no que será produzido sobre o assunto.

Referências

- ABRIL, N. P. Análisis crítico del discurso y representaciones sociales: un acercamiento a la comprensión de la lectura. In: BERARDI, L. (Org.) *Análisis crítico del discurso: perspectivas latino-americanas*. Santiago: Frasis Editores, 2003. p. 51-75.
- ARISTÓTELES. *Categorias*. Trad. Maria José Figueiredo Lisboa: Instituto Piaget, 2000.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- CONEIN, B. Classification sociale et categorization In: FORNEL, M. et ali. *L'ethnométhodologie une sociologie radicale*. La découverte et Syros. Paris, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. (1989) *Language and power*. Londres: Longman, 1989.
- _____. *Discurso e mudança social*. (Coordenação da trad.) Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001.
- _____. *Analysing discourse*. Textual analysis for social research. London & New York: Routledge, 2003.
- KOCH, I. G. V. *Introdução à lingüística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- MARCUSCHI, L. A. Contribuição da lingüística contemporânea ao estudo das relações entre língua e conhecimento. In: HENRIQUES, C.C. ; SIMÕES, D. (Orgs.) *Língua e Cidadania: novas perspectivas pra o ensino*. Rio de Janeiro: Europa.. pp. 255-272, 2004.
- _____. *Noção de categoria e processos de categorização, tendo em vista sua relação para os processos de referênciação*. Curso de Lingüística Cognitiva ministrado no Programa de Pós-graduação da UFPE. Mar-jun, (in mimeo) .

MONDADA, L. A Referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In: KOCH, I.G.V. et ali. (Orgs.) *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____.; DUBOIS, D. (2004) Construção dos objetos do discurso e categorização: um abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M.M. et ali (orgs.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto. (Clássicos da Lingüística -1), 2005

MOSCOVICI, S. The phenomenon of social representations. In: FARR, R. M. ; MOSCOVICI, S. (Orgs.) *Social representations*. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.

ROSCH, E. Principles of categorization. In: E. ROSCH ; B.B. LLOYD. *Cognition and categorization*. Hillsdale, NJ., Lawrence Erlbaum. pp. 27-48, 1978

SAUSSURE, F. s/d. [1929] *Curso de lingüística geral*. Cultrix: São Paulo.

SILVA, R. M. A. da. *Discurso científico e produção coletiva do saber: a dimensão interativa da atividade acadêmico-científica*. Tese de doutorado em Letras. fev., Recife. UFPE, 2004.

VIEIRA, J. A. As abordagens críticas e não-críticas em análise do discurso. In: SILVA, D. E. G. ; VIEIRA, J. A. *Análise do discurso: percursos teóricos e metodológicos*. Brasília: Plano, p. 143-64,2002.

recebido em 1º abr. 2009 / aprovado em 16 set. 2009

Para referenciar este texto:

MELO, I. F. de. A relação entre linguagem e realidade: um panorama histórico. *Dialogia*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 217-227, 2009.
